

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº 21215.000022/2018-61

1. OBJETO

1.1. Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos-ESFL inscrita e aprovada no Cadastro Nacional de Aprendizagem, com capacidade técnica e administrativa para implementação do Programa Adolescente Aprendiz no âmbito da Superintendência Regional de Santa Catarina, para contratação de 1 (um) aprendiz, lotado na Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, localizada em São José/SC na Rua Francisco Pedro Machado s/n – Barreiros – CEP 88117-402, em atendimento a Lei do Aprendiz, nº 10.097, de 2000, e em conformidade com as condições estabelecidas no Decreto nº. 5.598/2005 na Portaria nº 723, de 24.04.2012, bem como nas legislações subsidiárias.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Faz-se necessário o cumprimento do art. 429 c/c 430 da CLT, com a redação dada pela Lei 10.097/2000. O seu propósito é contribuir para o desenvolvimento social e profissional do adolescente, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho, oportunizando-lhe, assim, sua primeira experiência profissional. Por consequência, o Programa contribui também com o aumento da renda familiar do adolescente, seu interesse pela escola e a inclusão social. O VOTO DIGEP nº 001/2013, autorizou a cota de aprendizagem (5%) para atender as diversas áreas da Matriz e Superintendências Regionais.

2.2. De acordo com a Lei nº 10.520/05 o objeto do presente Termo de Referência trata de serviço comum, portanto deverá ser licitado utilizando a modalidade de Pregão. Em observância ao Decreto nº 5.450/02 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901, o tipo deve ser eletrônico.

2.3. A participação neste Pregão não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o Art. 16º do Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015, considerando que a previsão do valor global da contratação ultrapassa os limites estabelecidos pelo citado artigo. Todavia, serão obedecidos os critérios de preferência e contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte no Pregão Eletrônico.

3. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1.1 – Recrutamento/Seleção/Preparação/Contratação/Capacitação de 1 (um) adolescente, considerando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de aprendizes, calculados de acordo com o número de empregados que exercem funções que demandem formação profissional.

3.1.2 – Os aprendizes serão estudantes na faixa etária de 14 a 24 anos incompletos, sendo estudantes que estejam matriculados e frequentando a escola (caso não tenha concluído o ensino médio) e inscritos em programa de aprendizagem (art. 428, e §1º da CLT). Neste caso, a idade máxima prevista neste item não se aplica a aprendizes portadores de necessidades especiais.

3.1.3 – A distribuição dos aprendizes por setor é de competência exclusiva da CONAB, sendo os mesmos lotados na Superintendência Regional de São José/SC, nas áreas indicadas pela CONAB.

3.1.4 – Os serviços que os aprendizes desenvolverão na CONAB, relacionam-se às atividades de auxiliar de escritório/administrativo, previsto no Arco 5, Ocupação C, Código CBO 4110-05, constante do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional – CONAP – Portaria 723/2012, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

3.1.5 – É terminantemente vedado aos adolescentes aprendizes carregar peso excessivo, realizar serviços de copa e limpeza, bem como serviços particulares (bancos, pequenas compras de alimentação, serviços de loteria etc) a qualquer empregado da CONAB e/ou da CONTRATADA.

3.2 DA JORNADA DE TRABALHO

3.2.1 – O aprendiz cumprirá carga horária de trabalho de 4(quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, não excedentes a 20 (vinte) horas semanais, sendo 4(quatro) dias na CONAB e 1 (um) dia na CONTRATADA, para a participação das aulas teóricas, que deverão ser ministradas nas instalações da CONTRATADA, em horário compatível com o escolar, que serão definidos junto à CONAB.

3.2.2 – Ficam vedadas a prorrogação e a compensação de jornadas de trabalho, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 413 da CLT.

3.2.3 – Durante as folgas das atividades teóricas, os adolescentes aprendizes deverão cumprir a jornada de trabalho na CONAB.

3.2.4 – A CONAB autorizará a permanência exclusiva dos adolescentes junto à CONTRATADA em um período máximo de 15 (quinze) dias para prévia qualificação, incluindo orientações relacionadas às formas de atendimento telefônico, urbanidade, relação interpessoal, ética e trabalho, qualidade na prestação dos serviços, higiene pessoal e etc, ministrado integralmente pela CONTRATADA.

3.2.5 – Os adolescentes aprendizes podem celebrar e desempenhar, concomitantemente, as atividades embutidas em dois contratos de aprendizagem, desde que os Programas de Aprendizagem possuam conteúdos distintos e que as horas de atividade prática e teórica de cada programa sejam somadas (art. 414 da CLT e art. 21, caput, do Decreto no 5.598/05), para efeito da observância da jornada máxima diária (art. 432 da CLT), em respeito aos direitos assegurados pelo ECA, principalmente em relação à garantia da frequência à escola regular e à observância da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 21, § 1o, do Decreto no 5.598/05, e arts. 67, inciso IV, e 69, inciso I, do ECA). No entanto, esta concomitância deve ser apurada pela Contratada.

3.3 ESTRUTURA DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

3.3.1 – A CONTRATADA deverá observar o cumprimento do Artigo 32 do Decreto nº 5.598/05, tendo o Programa de Aprendizagem o registro aprovado no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego e validada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE, na forma prevista conforme diretrizes constantes na Portaria MTE nº 723/2012 alterada pela Portaria MTE nº 1005/2013.

3.3.2 – O programa desenvolvido pela CONTRATADA e promovido aos aprendizes, deverá ser validado, diante das novas diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e observada a definição da carga horária teórica e prática estabelecida na Portaria 723/2012, alterada pela Portaria 1005/2013, conforme transcrito a seguir:

Arco Ocupacional de Administração – CBO 4110-05 - Auxiliar de Escritório/Administrativo	
Conteúdo	Carga Horária
Teoria Básica	280 h
Teoria Específica – Arco Ocupacional Administrativo	272 h
<u>Total – Capacitação Teórica</u>	<u>552 h</u>
<u>Total – Capacitação Prática</u>	<u>1.288h</u>
Total do Programa Aprendizagem	1.840h

3.3.3 A parte teórica do programa de aprendizagem deve ser desenvolvida pela CONTRATADA distribuindo-se as horas no decorrer de todo o período do contrato de forma a garantir a alternância e a complexidade progressiva das atividades práticas a serem vivenciadas no ambiente da CONAB, conforme alteração dada pela Portaria 1005/2013.

3.3.4 – O Art. 7 do Decreto nº 5.598/2005 estabelece que a formação técnico-profissional do aprendiz, obedecerá os seguintes princípios:

- Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;
- Horário especial para o exercício das atividades; e
- Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

3.3.5 – A CONTRATADA deverá manter em vigor e devidamente validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE seu registro no Cadastro Nacional de Aprendizagem e no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, observando a Portaria 723/2012, bem como o cadastro do programa do curso de aprendizagem, aprovado e convalidado pelo MTE, disponibilizado no site do MTE, mediante legislação específica.

3.4 CONTRATO DE APRENDIZAGEM (ART. 428 § III DA LEI DE APRENDIZAGEM)

3.4.1 – O contrato de trabalho especial de aprendizagem, celebrado entre a CONTRATADA e o aprendiz, será ajustado por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses vinculado à duração do curso de aprendizagem, incluindo neste período as férias dos aprendizes e assegurando ao aprendiz a inscrição no programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008).

3.4.2 – O contrato do aprendiz com a CONTRATADA extinguir-se-á no seu termo, quando completar o prazo para o qual foi contratado e/ou o aprendiz completar 24(vinte e quatro) anos ou, ressalvada a hipótese previstas no § 5º do Art. 428 da CLT, antecipadamente nas seguintes hipóteses:

- Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, comprovado de laudo de

- avaliação elaborado pela CONTRATADA, a quem cabe a sua supervisão e avaliação, após consulta à Conab;
- b) Falta disciplinar grave nos termos do Art. 482 da CLT;
 - c) Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, comprovada através de Declaração do Estabelecimento de Ensino;
 - d) A pedido do aprendiz; e
 - e) Desistência dos estudos ou do programa de aprendizagem.

3.4.3 – O motivo previsto na alínea “a” (desempenho insuficiente/inadaptação) do parágrafo anterior será considerado como razão de dispensa em todas as situações em que as partes envolvidas (aprendiz, contratante e contratada) por meio de relatório circunstanciado das ações e consequências das atividades do aprendiz, decidam proceder ao desligamento daquele adolescente por não haver compromisso com a aprendizagem teórica ou prática.

3.4.4 – Nos casos de extinção ou rescisão de contrato de aprendizagem, a CONTRATADA deverá iniciar a contratação de novo aprendiz nos termos do Decreto 5.598/2005 – sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT – no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a rescisão do contrato anterior. A vigência do novo contrato de aprendizagem deverá, para tanto, obedecer ao prazo máximo de 24 meses e, ainda, sua completa execução deverá estar abrangida pela vigência do contrato da empresa contratada com a CONAB, a fim de que o contrato de aprendizagem não sofra descontinuidade.

3.4.4.1. Em caso de nova contratação de aprendiz em que a vigência do contrato entre CONAB e CONTRATADA seja inferior a 24 meses, será ativada cláusula de rescisão antecipada do contrato entre CONAB e contratada, sem ônus para a CONAB, prevista em instrumento contratual entre as partes.

3.4.5 – Não se aplica o disposto nos art. 479 e 480 da CLT as hipóteses de extinção do Contrato mencionadas nos Incisos do Art. 28 do Decreto 5.598/2005.

3.4.6 – A idade máxima prevista no art. 428 § 5º não se aplica a aprendizes portadores de necessidades especiais.

3.4.7 – A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses previstas no art. 428 da CLT.

3.4.8 – Para fins do contrato de aprendizagem a comprovação da escolaridade do aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

3.4.9 – A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre 14 e 18 anos, exceto quando:

- I. As atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;
- II. A lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos; e
- III. A natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos aprendizes.

3.4.10 – A aprendizagem para as atividades relacionadas no item acima deverá ser ministrada para jovens de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.

3.4.11 – Ao aprendiz, no exercício de suas funções, não será permitido transporte de valores, bem como a realização de serviços de caráter pessoal para empregados da CONAB, não se responsabilizando a CONTRATADA por perda ou extravio de documentos e valores a eles entregues indevidamente.

3.4.12 – Os aprendizes executarão na CONTRATANTE, atividades práticas, compatíveis com o aprendizado teórico, sendo necessária a rotatividade destas tarefas, com complexidade progressiva, segundo a organização curricular do programa de aprendizagem (parágrafo 3º, art. 23, Decreto 5.598/05). Além de a parte teórica contemplar outros conceitos teóricos que sejam úteis na futura vida profissional do aprendiz.

3.4.13 – A participação no programa “Adolescente Aprendiz” não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza com a CONAB.

3.4.14 – O Contrato de Aprendizagem será regido pela Lei nº 10.097/2000, pelo Decreto nº 5.598/2005 e pela Portaria MTE nº 723 de 24.04.2012, pela Portaria do MTE nº 1005/2013, bem como as legislações subsidiárias. Em caso de omissão ou divergência essas serão aplicadas.

3.5. DA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

3.5.1. A qualificação das entidades deverá manter a regularidade da documentação, abaixo relacionada, durante toda a vigência do contrato, apresentando-a no ato da contratação e sempre que for solicitada pela CONAB, atendendo às exigências das legislações: Resolução Normativa nº 67/2014/MTE, Lei nº 5.450, de 2002, Decreto nº 3.555, de 2000, alterados pelos Decretos nºs 3.693, de 2000 e 3.784, de 2001, Leis nºs 10.097, de 2000 e 11.180, de 2005 e no Decreto nº 5.598/05, Portarias nº 723/2012, com alterações pela Portaria nº 1005/2013, no que couber na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações:

- a) registro comercial, no caso de pessoa jurídica individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da Diretoria em exercício;
- d) apresentar o comprovante de que o programa de aprendizagem está aprovado de acordo com as regras estabelecidas no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional – CONAP previsto no art. 8º da Portaria 723/2012, com alterações pela Portaria 1005/2013, do MTE, Resolução Normativa 67/2014/MTE, publicado na página eletrônica do MTE;
- e) 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da contratada para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o ramo de atividade deste objeto, com atuação principalmente em Brasília/DF;
- f) atestado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social;

- g) Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, emitido pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014;
- h) Atestado de inscrição no Conselho de Assistência Social do Município;
- i) Certidão do Registro da Entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, de acordo com as determinações na Portaria 723/2012 com alterações pela Portaria 1005/2013, Resolução Normativa 67/2014;
- j) Comprovante de depósito e aprovação do programa de aprendizagem no CMDCA;
- k) Comprovante de inscrição e aprovação da Entidade e do curso solicitado pela CONAB no Cadastro Nacional de Aprendizagem;
- l) Comprovante de Regularidade da Instituição perante o PIS/PASEP;
- m) Certidões quando à Dívida Ativa da União; quanto à situação de Regularidade – FGTS;
- n) Certidão negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- o) Certidão Negativa de Débito INSS ou Declaração emitida pela Previdência Social de que a Entidade é Isenta da Contribuição Previdenciária;
- p) Comprovação de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual e Municipal;

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 meses, improrrogável, contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do Art. 461 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901.

4.1.1. Para fins de continuidade do contrato, deverá ser observada a vigência dos contratos de aprendizagem, a fim de que sua completa execução esteja abrangida pelo contrato da empresa vencedora com a CONAB, para que o aludido contrato de aprendizagem não sofra descontinuidade.

4.1.2. Caso no momento da contratação de aprendiz o tempo restante para findar o contrato entre CONAB e CONTRATADA for inferior a 24 (vinte e quatro) meses, tal hipótese ensejará rescisão antecipada do mesmo, sem ônus à CONAB, conforme previsão contratual.

5. DA REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DO MENOR APRENDIZ

5.1 DOS VENCIMENTOS

5.1.1 – A remuneração ao aprendiz é garantida por lei, atribuindo salário-mínimo/hora, calculado com piso estadual de Santa Catarina, previsto no art. 17 do Decreto nº 5.598/05 e Lei Complementar de Santa Catarina nº 718, de 28 de fevereiro de 2018 (faixa 3), concordante com a equação abaixo:

1º Passo – Cálculo da hora nua (A):

Hora nua = R\$ 1.214,00 / 220 horas = R\$ 5,52 / hora trabalhada

2º Passo – Cálculo Fator Semanal (B):

Nº de dias do mês dividido por 7

Número de dias do Mês	Número de Semanas do Mês
31	4,4285
30	4,2857
29	4,1428
28	4

3º Passo – Cálculo para um contrato de 20 horas (C):

20 horas x (A → Hora nua) x (B → Fator semanal)

20 x 5,52 x 4,2857 (exemplo p/ 31 dias) => R\$ 473,14

4º Passo - Cálculo do valor da folga remunerada (D):

(C) / 6 (6 é uma variável pré-estabelecida)

473,14 / 6 => R\$ 78,86

Salário = (C) + (D) => R\$ 552,00

5.1.2 – Não serão descontadas do salário do aprendiz e nem acarretarão a perda do repouso semanal remunerado, ou do Vale-refeição ou Alimentação, as ausências decorrentes dos motivos abaixo, limitadas aos períodos indicados, devidamente comprovados:

- 2 (dois) dias consecutivos, contados da data do evento, em caso de falecimento de ascendente, descendente ou de irmão;
- 3 (três) dias corridos, a contar do evento, no caso de casamento;
- 5 (cinco) dias corridos contados da data do nascimento do filho, inclusive na condição de natimorto;
- 1 (um) dia, na ocorrência de prova escolar em horário coincidente com a aprendizagem, exigida apresentação de comunicação formal da escola, firmada pelo coordenador do curso ou responsável pela CONTRATADA;
- 2 (dois) dias para alistamento eleitoral ou transferência de título de eleitor;
- 1 (um) dia para alistamento militar;
- 1 (um) dia para realização de exame/consulta médica em horário coincidente com o da aprendizagem, mediante apresentação de "Atestado de Comparecimento";
- Pelo prazo necessário, mediante documentação comprobatória, que deverá ser arquivada, por cópia, no dossiê do aprendiz existente na Conab, nas seguintes hipóteses:
 - Licenciamento compulsório por motivo de maternidade ou aborto;
 - Acidente de trabalho ou enfermidade comprovada por atestado médico.

5.1.3 – O retorno do aprendiz à aprendizagem após o término da licença-maternidade ainda em estado de amamentação ensejará a redução da jornada em 1 (uma) hora, a título de descanso e exercício do direito à lactação, até que seu (sua) dependente complete 6 (seis) meses de idade. Esse benefício será concedido, preferencialmente, no início ou fim

da jornada de aprendizagem.

5.1.4 – Após o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de aprendizagem, o aprendiz terá direito a férias, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar. As férias do aprendiz deverão coincidir com um dos períodos das férias escolares, e serão comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme determina a legislação, sendo vedado o parcelamento.

5.1.5 – A CONTRATADA obriga-se a efetuar o pagamento dos proventos ao aprendiz até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência.

5.1.6 – A falta injustificada implicará o desconto de 1/30 (um trinta avos) do salário do aprendiz, cumulativamente por:

- a) Dia em que se verificar a ausência;
- b) Sábado e domingo que ocorrer no período compreendido entre o dia da ausência e do dia do retorno às atividades;
- c) Feriado civil ou religioso que ocorrer na semana posterior àquela em que ocorreu a ausência injustificada.

5.1.7 – A falta injustificada acarretará o desconto no salário, vale-refeição e transporte antecipados ao aprendiz, com base no cálculo proporcional ao(s) dia(s) de efetiva ausência. O débito correspondente será deduzido das respectivas verbas salariais constantes da fatura de serviços do mês subsequente, apresentada para fins de ressarcimento pela CONTRATADA.

5.1.8. É vedado efetuar qualquer desconto no salário do aprendiz, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção ou acordo coletivo que lhes seja aplicável, conforme estabelece o Art. 462 da CLT.

5.2 DOS BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS

5.2.1 – A CONTRATADA deverá fornecer vale-transporte aos jovens aprendizes, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, incluídos nestes, a capacitação teórica, em conformidade com a legislação em vigor (art. 27 do Decreto nº 5.598/05 e Lei 7.418/1985). O vale-transporte fornecido deverá ser subsidiado integralmente pela empresa CONTRATADA, não cabendo nenhuma participação por parte dos jovens aprendizes.

5.2.2 – A CONTRATADA deverá fornecer vale-refeição/alimentação, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, com valor facial de R\$12,00 (dez reais) aos jovens aprendizes em serviço na Conab.

5.2.3 – O aprendiz terá o direito à alíquota do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de 2,0% (dois por cento) da remuneração devida ao aprendiz, em conformidade com o parágrafo 7º do artigo 15 da Lei nº 8.036/90 e do art. 2º da Lei Complementar nº 110, de 29.06.2001; ao Programa Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, em cumprimento a Norma Regulamentadora – NR 7, bem como serão ressarcidos, do valor do salário do aprendiz, tributos, contribuições previdenciárias e outras obrigações sociais previdenciárias e trabalhistas, instituídas por legislação específica.

5.2.4 – A CONTRATADA deverá fornecer aos adolescentes 01 (um) conjunto de uniforme a cada 6 (seis) meses, de uso obrigatório no local de trabalho, constituído das seguintes

peças:

- a) 04 Camisetas modelo polo, com logotipo da Contratada e Contratante, com a expressão “adolescente aprendiz” (a cor e a localização do logotipo serão definidas com a Contratada);
- b) 01 Casaco de manga comprida de moletom, com logotipo da CONTRATADA e CONAB, com a expressão “adolescente aprendiz” (a cor e a localização do logotipo serão definidas com a CONAB).
- c) 02 Calças jeans na cor azul-escuro;
- d) 01 Par de Tênis na cor preta;

5.2.5 – A CONTRATADA deverá fornecer crachá de identificação ao Aprendiz.

5.2.6 – A CONTRATADA deverá manter em dia e às suas expensas apólice de seguro de acidentes de trabalho dos jovens aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.

5.2.7 – A CONTRATADA deverá apresentar a CONAB cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos aprendizes, em até 30(trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato dos aprendizes contemplados pelo referido seguro.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 1) Contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino;
- 2) Cumprir com o estabelecido no Objeto deste Termo, e encaminhar o aprendiz à CONAB/SUREG-SC, selecionando interessados nas oportunidades de aprendizagem para posterior execução do objeto deste Termo;
- 3) Celebrar com o aprendiz o Contrato de Aprendizagem, ajustado por escrito e por prazo determinado, não superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais, incluindo:
 - esclarecimentos aos pais ou responsáveis do adolescente;
 - esclarecimentos ao adolescente aprendiz;
- 4) Assegurar ao aprendiz os seguintes direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem, respeitadas as anotações dispostas no Art. 15, § 2º, do Decreto 5.598/2005:
 - a) registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - b) garantia do salário-mínimo / hora mensal;
 - c) férias coincidentes com um dos períodos das férias escolares do ensino regular, quando solicitado;
 - d) matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não tenha concluído o ensino médio, e inscrição no programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- 5) Providenciar a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;

- 6) Manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária, parte integrante do Projeto Pedagógico aprovado e validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, tendo como parâmetro o estabelecido na Portaria 723, de 23.04.2012 e a 1005/2013 ambas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- 7) Executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, garantindo a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática, acompanhando a execução das atividades práticas no âmbito da Unidade Concedente de Aprendizagem, de acordo com o quantitativo de aprendiz lotado na Matriz (DF);
- 8) Manter mecanismos de acompanhamento mediante a realização de reuniões bimestrais com os aprendizes, no sentido de avaliar o desenvolvimento de suas atividades práticas na Conab, visando identificar se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, informando a Conab por relatórios, na hipótese do art. 407, proporcionando ao menor todas as facilidades para mudar de função ou mudar de serviço;
- 9) Manter mecanismos para propiciar a permanência dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem;
- 10) Informar a Conab, todas as inscrições, mantendo o controle de frequência e do rendimento dos adolescentes no módulo teórico do curso de aprendizagem e nas atividades práticas, mediante relatórios mensais e folhas de frequência e, ainda, quando do desligamento do adolescente no programa;
- 11) Fornecer aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, certificado de qualificação, com validade em todo o território nacional, contendo especificação das disciplinas, rendimento e horas cursadas pelo adolescente, bem como título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado, devendo ser assinado em conjunto com a Conab;
- 12) Efetuar os pagamentos salariais dos aprendizes abrangidos pelo contrato, bem como seus benefícios (vale-transporte e alimentação) até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- 13) Apresentar à CONAB, os comprovantes de pagamento dos salários (folha de pagamento e cópia do contracheque), tributos em geral, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e registro dos aprendizes, referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços;
- 14) Apresentar, mensalmente, à CONAB, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, Nota Fiscal de Serviço, acompanhada dos comprovantes de entrega de vale-transporte e vale-alimentação/refeição, folha de frequência assinada pelos aprendizes, bem como cópias dos comprovantes de pagamento de salário dos aprendizes e o respectivo recolhimento de encargos previdenciários incidentes sobre a fatura do mês anterior;
- 15) Apresentar, semestralmente, à CONAB os comprovantes de entrega dos uniformes para os adolescentes;
- 16) Pagar quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade ou sobre a presente contratação, bem como na incumbência e responsabilidade pela administração e cumprimento de todos os direitos

(encargos sociais e trabalhistas), que incidam ou venham a incidir sobre a presente contratação, prevista nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem;

17) Informar qualquer movimentação referente ao aprendiz por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (art. 1, parágrafo 1º, da Lei nº 4.923/65);

18) Relacionar o aprendiz na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) devendo-se informar no campo referente ao vínculo empregatício o código nº 55, conforme instruções contidas no Manual de Informação da RAIS;

19) Manter em dia e a suas expensas apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes, cobrindo particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação;

20) Enviar à CONAB cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes;

21) Elaborar a programação de férias do aprendiz coincidindo com um dos períodos de férias escolares do ensino regular, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 136 da CLT, sendo vedado o seu parcelamento, nos termos do parágrafo 2º do artigo 134 da CLT;

22) Promover palestras informativas aos orientadores dos aprendizes da Conab, localizados na Superintendência Regional de Santa Catarina, visando qualificá-los ao bom desempenho na operacionalização deste Programa;

23) Receber os adolescentes interessados, conduzir o processo seletivo e informar a Conab os nomes dos aprendizes aprovados, para contratação;

24) Informar a Conab, de imediato, sempre que identificada a irregularidade da frequência do aprendiz ao ensino regular, quando este estiver cursando o ensino fundamental, bem como encaminhar à Conab, bimestralmente, comprovando o vínculo escolar dos aprendizes, constando frequência e notas e no início do ano o comprovante da matrícula do aprendiz no ensino regular;

25) Contratar os adolescentes na condição de aprendiz obedecendo a legislação específica, especialmente a Consolidação das Leis de Trabalho, atendendo as condições definidas na Lei nº 10.097/00, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/05 e leis Previdenciárias, no que for aplicável;

26) Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades teóricas correlacionadas com as atividades práticas previstas no programa de aprendizagem, sem contudo prejudicar os adolescentes nas atividades discentes, concedendo-lhes o tempo que for necessário para frequência às aulas;

27) Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 e a Portaria nº 20 de 13/09/2001 do MTE/SEFIT;

28) Oferecer aprendizagem, condições de segurança e saúde em conformidade com as regras do Art. 405 da CLT;

29) As convenções e acordos coletivos da Conab, apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, Art. 26 do Decreto 5.598/2005;

30) Garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental, horário especial para exercício das atividades e promover a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho, conforme princípios estabelecidos no Art. 7 do Decreto 5.598/2005;

31) Prestar os serviços contratados, obrigatoriamente, por profissional pertencente ao quadro funcional da CONTRATADA, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação relacionados com o objeto deste Termo de Referência e a seleção do aprendiz que nos requisitos alusivos ao nepotismo, em observância às leis licitatória e celetista, ao Parágrafo Único do Art. 5º da IN 02/2008 – MPOG e do Decreto nº 7.203/10;

32) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, como a regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, regularidade na Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas Tribunal Superior do Trabalho – CNDT, regularidade perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa, emitidas pelas respectivas Secretarias de Fazenda, conforme previsto nos incisos XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do Art. 413, da RLC 10.901.

33) Após a publicação do contrato a CONTRATADA terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentar a Conab 1 (um) aprendiz para atuar na Superintendência Regional de Santa Catarina em São José (SC).

34) A CONTRATADA deve apresentar, imprescindivelmente, a Minuta do Contrato a ser celebrado entre aquela instituição e o aprendiz para rratificação.

35) Para atendimento do Acórdão nº 2.961/2004 – TCU – 1ª Câmara, bem como em observância às leis licitatórias e celetista, ao Parágrafo Único do Art. 5º da IN 02/2008 – MPOG e do Decreto nº 7.203/10, o efetivo alocado para a prestação de serviços objeto do Contrato não poderá ter parentesco com os empregados da CONAB na linha reta ou colateral, natural ou por afinidade, até o 4º grau;

36) A Contratada deverá exigir de seu empregado (aprendiz), sob penas da lei, declaração de que não possui parentesco com empregados da CONAB na linha reta ou colateral, natural ou por afinidade, até o 4º grau;

37) Manter matriz ou filial com escritório e preposto na região metropolitana da grande Florianópolis, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda relacionada ao contrato, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, admissão e rescisão dos estagiários.

38) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades no âmbito da conab, sem a sua prévia autorização.

39) Atender a Legislação Ambiental – em face da política governamental do desenvolvimento nacional sustentável – naquilo que aplicável à prestação dos serviços contratados por via deste

certame licitatório, bem como atenderá as políticas de desenvolvimento sustentável de acordo com a legislação específica que vier a ser estabelecida pelo Governo Federal.

40) Arcar com o ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los a suas expensas, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONAB

- 1) Formalizar as oportunidades de aprendizagem, em conjunto com a CONTRATADA, atendendo as condições definidas na Lei 10.097/00, regulamentada pelo Decreto Federal 5.598/05;
- 2) Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem, observando a Portaria 723/2012, alterada pela Portaria 1005/2013;
- 3) Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei n.º 8.069 de 13/07/90 e a Portaria n.º 20 de 13/09/01, do MTE/SEFIT;
- 4) Oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do Art. 405º da CLT;
- 5) Acompanhar o desempenho das atividades práticas desenvolvidas pelo Adolescente Aprendiz, mediante aplicação do instrumento de Avaliação Comportamental que será respondido pelo supervisor/ orientador em periodicidade semestral, e considerará os seguintes aspectos:
 - interesse
 - cooperação
 - relacionamento;
 - assiduidade ;
 - pontualidade;
 - comprometimento.
- 6) Resultado da avaliação subsidiará *feedback* do Supervisor/orientador para o Aprendiz sendo encaminhada à CONTRATA para mesma finalidade dar *feedback*;
- 7) Garantir que o acesso ao processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvida no ambiente de trabalho;
- 8) Não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária;
- 9) Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados a CONTRATADA, quando solicitado;
- 10) Informar e solicitar a manifestação expressa da CONTRATADA, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem, de acordo com as hipóteses previstas no Art. 16º da Instrução Normativa n.º 26, § 1º e 2º do MTE/SEFIT, de 20/12/01;
- 11) Efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo

Adolescente Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência;

12) Remeter mensalmente, à CONTRATADA, o Controle de Frequência do Adolescente Aprendiz, atestado pela CONAB;

13) Efetuar a transferência de recursos à CONTRATADA, de acordo com as condições acordadas;

14) Indicar formalmente um monitor para cada aprendiz, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos, de acordo com o Programa de Aprendizagem, observando, também, se o trabalho executado pelo menor é prejudicial a sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, proporcionando ao menor todas as condições e facilidades para mudar de função, quando for o caso;

15) Fiscalizar, mensalmente, o efetivo pagamento dos aprendizes contratados;

16) Observar as restrições legais quanto ao trabalho dos adolescentes;

17) As Convenções e Acordos Coletivos apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, art. 26 do Decreto 5.598/2005;

18) Fiscalizar a CONTRATADA no cumprimento dos princípios estabelecidos no Art. 7 do Decreto 5.598/2005, no sentido de garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental, horário especial para exercício das atividades promovendo, a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente em moeda corrente nacional, no mês subsequente ao da prestação dos serviços contratados, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por intermédio de ordem bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceita pela CONAB, em favor da CONTRATADA.

8.2. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições na forma da legislação vigente.

8.3. A consulta ao SICAF, CEIS e CADIN, ou da documentação de regularidade fiscal correspondente, será realizada previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser impresso e juntado, também, aos autos do processo.

8.3.1. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, a mesma será notificada, por escrito, para num prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.

8.3.2. A prorrogação do prazo de pagamento não exime a CONTRATADA de promover o pagamento aos aprendizes nas datas regulamentares.

8.4. Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

8.5. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

9. DA REPACTUAÇÃO

9.1. A repactuação deste Contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou da data da última repactuação, devendo ser demonstrada a variação de custos.

9.2. A proposta para composição do preço mensal deverá ser mediante o preenchimento da Planilha de Custo, com base no valor do salário-mínimo hora, previsto no art. 17 do Decreto nº 5.598/05 aos jovens aprendizes;

9.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, sendo incumbida a mesma da iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se descrição de cálculo do reajustamento.

9.3.1. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato (§10 do Art. 500 do RLC – CONAB).

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Durante a vigência do contrato, a sua execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal de Contratos designado devidamente por Ato de Superintendência emitido pela CONAB/SUREG/SC.

10.1.1. Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, na forma dos arts. 549 e 550 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – RLC.

10.1.2. Será considerado, visando a mensuração dos resultados, o cumprimento de todas as cláusulas constantes nas obrigações da CONTRATADA.

10.2. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer

exigências do Fiscal do Contrato ou do substituto inerente ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

10.3. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – NOC nº 10.901, a CONTRATADA que:

- (a) Não atender, sem justificativa, a convocação para assinatura do Contrato.
- (b) Apresentar documento falso em qualquer fase do processo administrativo instaurado pela CONAB.
- (c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação.
- (d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- (e) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico.
- (f) Incorrer em inexecução contratual; ou
- (g) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

11.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. Multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

11.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.6. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONAB, por até 02 (dois) anos.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no art 582 do RLC CONAB (NOC 10.901) e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONAB, por até 02 (dois) anos, será registrada no SICAF e no cadastro de empresas inidôneas de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

12. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

12.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, nos seguintes motivos:

- (a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- (b) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação, não admitidas no Contrato, e sem prévia autorização da Conab;
- (c) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no Termo de Referência e no Contrato e sem prévia autorização da Conab;
- (d) o desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do Contrato;
- (e) o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- (f) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- (g) a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- (h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do Contrato;
- (i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- (j) o atraso nos pagamentos devidos pela Conab decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- (k) a não liberação, por parte da Conab, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais

naturais especificadas no projeto;

(l) a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

(m) a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

(n) a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e contratar com a Conab;

(o) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; e

(p) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

12.2. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013.

12.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

(a) Por ato unilateral e escrito da Conab;

(b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

(c) judicial, por determinação judicial.

12.4. Os procedimentos e elementos que precedem a rescisão contratual estão descritos no Capítulo VIII - "Da inexecução e da rescisão dos contratos" do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB, disponível em <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/10000_sistema_institucional/10.901_regulamento_de_licitacoes_e_contratos.pdf>

13. DO VALOR ESTIMADO

13.1. O valor estimado desta contratação, considerando a alocação de 1(um) jovem aprendiz, é de **R\$ 1.342,35 (mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) mensais**, perfazendo o valor estimado do contrato **para 60 meses de R\$ 80.541,00 (oitenta mil quinhentos e quarenta e um reais)**.

14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

14.1 Os aprendizes, empregados e prepostos da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a CONAB, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar

na época devida.

14.2 A atuação da CONTRATADA está fundamentada no art. 430, II e art. 431, da Consolidação das Leis Trabalhistas, os quais autorizam a contratação dos aprendizes, por intermédio de Entidades Sem Fins Lucrativos, caso em que não geram vínculo de emprego com o tomador CONAB.

14.3 O vínculo empregatício será formado exclusivamente entre os aprendizes e a CONTRATADA, cabendo a esta a responsabilidade pelo pagamento dos salários, vales-transportes, vale-alimentação ou refeição, INSS, PIS, FGTS, despesas administrativas e demais verbas rescisórias e contratuais.

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o menor valor por aprendiz oferecido pelos fornecedores interessados.

15.2. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor preço, ou caso o participante desatenda às exigências habilitatórias, será examinada a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Termo de Referência.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Não deverá ser descontado sobre o vale-transporte e vale-alimentação os percentuais permitidos pelas Leis nºs. 7.418/1985 e 6.321/1976, tendo em vista que a Conab repassará integralmente para a CONTRATADA os valores a serem pagos pelos benefícios.

16.2. Não serão ressarcidas as despesas com multas e outras cominações decorrentes de atraso no recolhimento ou pagamento dos salários e benefícios, exceto quando a referida despesa ocorrer por responsabilidade da CONAB.

16.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.4 – Os casos omissos serão analisados pela CONAB em conjunto com a Contratada.

17. DOS ANEXOS

17.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os Anexos vinculados ao Edital 001/2019, em especial os que versam sobre o modelo de proposta, planilha de custos e matriz de riscos.

São José / SC, 13 de julho de 2018.

Diego Luis Minsky
Setor Administrativo
Analista Administrativo

Layo de Jesus Alves
Setor Administrativo
Encarregado do Setor

Maiksan Tuon
Setor de Recursos Humanos
Encarregado do Setor